

Caminhões autorizados

CET-Santos autoriza caminhoneiros autônomos a trafegar pela Avenida Martins
Fontes em horários específicos. A-6

cidades@atribuna.com.br

Cidades

Desapropriação é “impacto calculado”

Afirmção é do presidente da Dersa. Para ele, o projeto do túnel ligando Santos a Guarujá precisa ser analisado “por inteiro”

DA REDAÇÃO

O traçado escolhido para o túnel submerso entre Santos e Guarujá, que prevê desapropriações de moradias nos bairros Estuário e Macuco, é o que gera menos impactos. A garantia é do diretor-presidente da Dersa, Laurence Casagrande Lourenço. Para ele, é preciso analisar o projeto por inteiro e não tomar como base apenas um trecho.

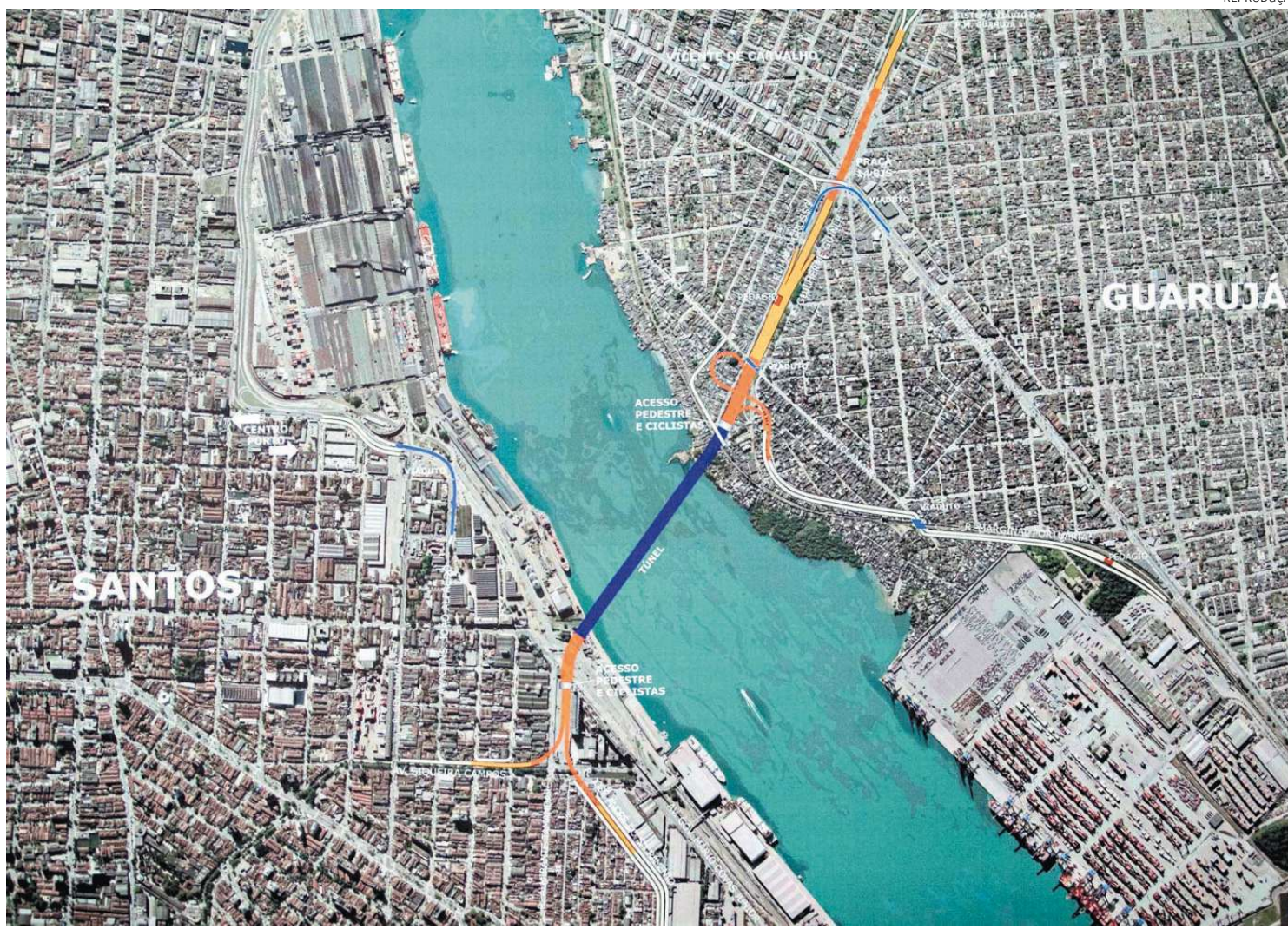
“A desapropriação é um dos impactos calculados no processo, mas só acontece uma vez, durante a implantação. Se o restante dos impactos não for bem dimensionado, como no viário local, Santos vai conviver com isso para o resto da vida”.

O presidente da Dersa lembra que os moradores podem apresentar sugestões e afirma que todas serão analisadas. Entretanto, Lourenço praticamente descarta uma mudança no atual projeto. “Uma outra proposta só será viável na medida em que diminuir o impacto global e não o impacto local de uma ou outra ação”.

Segundo Lourenço, ainda não é possível saber o número de imóveis consolidados que serão desapropriados, mas a estimativa é de 179 em Santos e 21 em Guarujá (neste caso não são contadas as moradias em área de invasão). O total será definido após o término do licenciamento ambiental e cadastro das casas.

O presidente da Dersa rebate as acusações de que o Governo do Estado não colocou o traçado do túnel por onde passam grandes empresas para evitar atrito com empresários, preferindo retirar as casas mais humildes.

“Não há uma preferência pela desapropriação desse ou daquele tipo de ocupação. Há sempre uma tentativa de redução dos impactos. Cada vez que eu desaproprio uma empresa, tenho que avaliar se isso não geraria perda de emprego. De-



REPRODUÇÃO

Por outro lado, moradores do Estuário afirmam que não saem de suas casas. Estimativa é de que 179 imóveis sejam desapropriados em Santos

pendendo do tipo de empresa, se tirar de um lugar, ela não consegue se instalar em outro”, justifica.

A indenização paga às pessoas que precisarem deixar suas casas será no valor de mercado, garante a Dersa. Uma empresa será licitada para avaliar cada imóvel. O pagamento é feito à vista.

JUSTIFICATIVAS

Para chegar ao atual traçado, o Governo Estadual teve sucessivas conversas com as prefeituras de Santos e Guarujá, além da Codesp. Em 2011, foi definida como melhor opção o túnel no centro do canal do estuário.

Comissão Especial de Vereadores

Durante a sessão de ontem, da Câmara Municipal de Santos, foi aprovado requerimento, de autoria de Zéquinha Teixeira (PRP), que institui uma Comissão Especial de Vereadores (CEV), com a finalidade de acompanhar todos os aspectos relativos à desapropriação de imóveis dos

bairros Macuco e Estuário, devido à construção do túnel submerso entre Santos-Guarujá. Além de Teixeira, o grupo será formado por Douglas Gonçalves (DEM), Sérgio Santana (PTB), Fernanda Vannucci (PPS), Professor Igor (PSB), Cacá Teixeira (PSDB) e Murilo Barletta (PR)

E começaram as demandas dos municípios.

As prefeituras e a Codesp pediram para a Dersa que o túnel

truído para os dois tipos de acesso.

“Havia um posicionamento para a circulação do veículo adequado na região adequada. Estamos falando de um tráfego previsto de 18 mil veículos por dia no túnel. Ou seja, a preocupação não era só com a desapropriação. Estamos usando o viário existente, mas é óbvio que eu preciso de algum espaço para acomodar o fluxo”, explica Lourenço.

NÃO SAEM

Os moradores do Estuário formaram uma comissão com seis pessoas para discutir as desapropriações. E já chegaram a

Dúvidas

Em Guarujá, o plantão da Dersa para dúvidas e sugestões sobre o licenciamento ambiental do túnel começou com atraso, às 15 horas, segundo a Dersa.

“Tivemos um problema para montar o contêiner, porque tinham alguns carros estacionados”, diz o presidente da empresa. Em Santos, o plantão começa a funcionar amanhã, na Avenida Conselheiro Nébias com a praia. “Precisa ser em um lugar fácil de chegar, porque a Lei Ambiental exige que eu monte esse ponto de informações para a comunidade toda. A Cidade inteira tem direito de opinar, não só os atingidos pela obra”, diz Lourenço

uma conclusão: não pretendem sair de suas casas. Um dos integrantes, o estivador Wagner Pontual, afirma que existem pessoas com idade avançada e elas jamais conseguiriam viver em outro local. “Não é só pelo valor que vão pagar, mas pelo valor sentimental, que não tem preço. As pessoas só saem de suas casas sem vida. Se vier a escavadeira, vão derrubar com a gente lá dentro”, dispara.

Também da comissão, o fotógrafo Manoel Messias de Jesus é taxativo: “queremos que o traçado desse túnel mude. Não somos contra o projeto, mas contra as desapropriações. Que façam o túnel, mas com outro traçado”.

A comerciante Anita Cristina de Freitas Pinto Oliveira crê desnecessária a expulsão de moradores e acha que as casas que ficarem também serão afetadas. “O valor que vão pagar pouco importa, queremos continuar aqui. Temos uma história no bairro”.



ALEXANDER FERRAZ-15/9/13

No domingo, moradores do Estuário se reuniram contra o traçado

Deputada apresenta requerimentos

■ A deputada estadual Telma de Souza (PT) pediu ontem uma audiência com o secretário estadual de Logística e Transportes, Saulo de Castro, para discutir o traçado do túnel junto com a comissão de moradores.

A parlamentar também fez três requerimentos pedindo que o debate seja feito em audiência pública conjunta das comissões pertinentes da Assembleia Legislativa: Assuntos Metropolitanos, Infraestrutura e Transportes e Comunicações.

“A prioridade é mudar o traçado. Se pode mudar o do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), por que não pode mudar o do túnel? Queremos o desenvolvimento, mas não às custas das pessoas”, diz Telma.

A petista explica que os estudos apontaram sete localizações de traçados no canal do estuário, com 11 alternativas de entradas e saídas.

“Duas foram escolhidas, uma do Valongo até o Forte Itapema, em Guarujá. Outra do Macuco até Vicente de Carvalho. O primeiro desaloja mui-

to menos pessoas. São 12 casas, embora sejam de médio luxo. O que aconteceu? Quero saber as razões”.

CASAS CARAS

Para a deputada, a especulação imobiliária em Santos não vai permitir que as pessoas consigam outro imóvel. “Mas essa é uma segunda discussão, a primeira coisa é o apelo sentimental dessa comunidade. Existe ali uma relação de comunidade, onde as pessoas mais velhas estão protegidas. Muitos chora-

ram (no domingo), tem gente passando mal”.

Telma afirma saber de 1.200 desapropriações de imóveis, número bem maior do estimado pela Dersa. “Um túnel que está sendo prometido desde a época do Prestes Maia. Quando decidem, fica 12 anos para ser realizado, com todo tipo de marketing. Era ponte e virou túnel novamente. E quando vai fazer o traçado, escolhe-se aquele que desapropria 1.200 residências?”, reclama a deputada.

Lei dá ao Estado direito de apropriação

BRUNO RIOS

■ Os moradores do Estuário e do Macuco podem até prometer resistência, mas uma lei de 73 anos atrás é clara e dá ao Poder Público o direito de desapropriar imóveis, se entender que isso garantirá benefícios à população.

Três especialistas em Direito Civil deram o mesmo posicionamento sobre o Decreto-Lei 3.665, de 21 de junho de 1941:

resistir a uma desapropriação não adianta muita coisa e a melhor saída é negociar um valor justo de indenização.

No caso dos moradores dos dois bairros santistas, o imbróglio deverá ser resolvido com a Dersa, que é a responsável pelo projeto do túnel Santos-Guarujá.

UTILIDADE PÚBLICA

“Quando o bem coletivo é supe-

rior ao individual, ele deve ter prioridade. Pode-se contestar a obra, mas dificilmente o dono de um imóvel a ser desapropriado ganhará a ação”, diz o advogado Thiago Huber.

O também advogado Franco Mauro Burgioni explica que tudo começa com a publicação de um decreto oficializando que determinado imóvel é de utilidade pública. A partir daí, o órgão envolvido no caso faz

uma proposta ao morador.

“Se ele aceitar, fecha-se um acordo e o cidadão recebe o dinheiro na íntegra. Se ele negar, o assunto vai parar na Justiça e, lá, demorará anos para ser resolvido”.

A morosidade da Justiça brasileira é um ponto que joga contra os moradores do Estuário e do Macuco, segundo Franco. “Dependendo da animosidade entre as partes, pode le-

var, no mínimo, três anos para o dinheiro pago pelo Poder Público cair em sua totalidade na conta do dono da casa”.

INDENIZAÇÃO

O advogado Ventura Alonso Pires resume o processo de indenização. “Se não houver acordo direto, o dono do projeto irá à Justiça. Aí, caberá ao juiz nomear um perito que avaliará o imóvel com base em regras do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)”.

Esse perito, segundo ele, definirá o valor do imóvel a ser desapropriado. Mas há um problema. “Geralmente, o valor dado pelo perito em uma casa acaba ficando um pouco abaixo do que se encontra no mercado”.

Aí, caberá ao morador colocar tudo isso na balança e pensar o que é melhor. Só quem fica sem salvação alguma, neste caso, são os inquilinos. Não há o costume nem a obrigação legal de uma entidade pública envolvida em uma desapropriação pagar as rescisões contratuais.